



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ELIO CARLOS BEIFA

**ATUAÇÃO DOS MILITARES FACE AO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL
NA GUINÉ-BISSAU: CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ELIO CARLOS BEIFA

**ATUAÇÃO DOS MILITARES FACE AO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL
NA GUINÉ-BISSAU: CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Deolindo Nunes de Barros.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ELIO CARLOS BEIFA

**ATUAÇÃO DOS MILITARES FACE AO CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL
NA GUINÉ-BISSAU: CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985**

Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade Projeto de Pesquisa, apresentado ao Instituto de Humanidade e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a conclusão do curso de Bacharelado em Humanidades.

Data de aprovação: 04/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Deolindo de Barros (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Rosalina Semedo de Andrade Tavares

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira dos Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	7
3	OBJETIVOS	7
3.1	OBJETIVO GERAL	7
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	8
4	HIPÓTESE	8
5	JUSTIFICATIVA	8
6	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	9
6.1	CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL	9
6.2	OS EFEITOS DO GOLPE DE ESTADO DE 1980 NO ACONTECIMENTO DE 17 DE OUTUBRO DE 1985	12
6.3	CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985 E A CRISE DA UNIDADE NACIONAL	14
6.4	DESVIO IDEOLÓGICO DEPOIS DA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E O INÍCIO DO PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU	17
7	METODOLOGIA	19
8	CRONOGRAMA	20
	REFERÊNCIAS	21

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender a atuação dos militares face ao contexto político e social na Guiné-Bissau. Tendo em conta, as sucessivas intervenções políticas militares (no caso dos golpes de Estado), que acarretam imagens negativas para o país. Assim sendo, delimitaremos o nosso objeto da investigação a partir do caso de 17 de outubro de 1985, figurando como um dos momentos mais tensos da nossa história recente”.

Após a independência unilateral em 1973, a Guiné-Bissau passou por um regime de governo de Partido único ou Partido-Estado liderado pelo PAIGC, com viés autoritário. Em que o Estado era detentor de toda a esfera política, econômica e social (inclusive, controlava a sociedade civil), ou seja, o partido detinha todo o monopólio legal do Estado e da sociedade em geral (KOUAWO, 1996). Na sequência, em 14 de novembro de 1980, o país conheceu o seu primeiro golpe de Estado, onde Luís Cabral foi deposto pelo João Bernardo Vieira (NINO), com inúmeras alegações, sobretudo, envolvendo questões identitárias, em que então Presidente beneficiava o povo cabo verdiano em detrimento da população bissau-guineense (TEIXEIRA, 2015).

Em 17 de outubro de 1985, que ficou na memória da população guineense, por constar como uma das principais crises ocorridas no país na década de 1980. Com efeito, a maioria dos pesquisadores bissau-guineense acreditam que foi o momento tácito de disputas entre a maioria Balanta e um grupo misto de etnia Pepel que apoiavam o Presidente Nino. Nessa situação, verificou-se perseguição, fuzilamento e afastamento de comandantes militares Balantas de áreas estratégicas de segurança Nacional e ao mesmo tempo foram acusados de arquitetura de golpe étnico (SEMEDO, 2009)”.

Nessa mesma acepção, pretende-se identificar a importância das Forças Armadas Revolucionárias do Povo¹ da Guiné-Bissau na luta de libertação nacional e o seu impacto na fundação do Estado guineense. Visto que, a classe castrense da Guiné-Bissau é constituída por forças que atuam na defesa da integridade territorial, ordem pública e entre outros serviços. Entre as quais estão: Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), Guarda Nacional (GN), Polícia Militar (PM) Polícia da Intervenção Rápida (PIR) entre outros.

¹ Classe castrense, ou seja, Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) é a instituição armada responsável pela conquista da soberania e criação do Estado da Guiné-Bissau.

Exposto isto, a Guiné-Bissau é um país da África Ocidental que faz fronteira com o Senegal ao norte, Guiné ao sul, leste ao oeste com o Oceano Atlântico. Antes da Conferência de Berlim em 1884-1885, este território foi cedido ao império português e declarado oficialmente o direito da permanência na Guiné-Portuguesa que depois da independência passou a ser chamada de Guiné-Bissau, resultado de um longo processo de conflito político e militar liderado pelo Partido Africano para a Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC), 1963-1973,² reconhecido pelo Estado português após a Revolução dos Cravos em 1974.

O território Bissau-guineense abrange 36.125 km², com uma população estimada de 2 milhões de pessoas, segundo o último recenseamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas -INEP (Censo, 2009). Composto por 8 regiões, três províncias e um setor autônomo (Bissau, capital do país). Norte congrega três regiões (Biombo, Cacheu e Oio); a província Leste com duas regiões (Bafatá e Gabu); e, por fim, a província do Sul composta por (Bolama, Quínara e Tombali) além do setor autônomo de Bissau. Por conta da colonização, adotou-se o idioma português como a língua oficial, predominantemente, usa-se mais a língua guineense, ou seja, a língua da unidade nacional.

Após a luta de libertação nacional o país mergulhou-se numa série de conflitos políticos e militares, tais como: Golpe do Estado de 14 de Novembro de 1980, fuzilamento dos oficiais superiores acusados de tentativa de golpe do Estado; em seguida, golpe do Estado de 7 de Junho de 1998; assassinato do chefe do Estado Maior Ansumane Mané, o então líder do levantamento militar de 7 de Junho de 1998, assassinado em 30 de novembro de 2000 pelas forças leal ao Presidente da República Dr. Kumba Ialá, que três anos depois também sofreu o golpe de Estado em 2003. Em 2009, houve outro golpe de Estado, resultando num assassinato bárbaro do Presidente João Bernardo Vieira e Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas Tagme Na Way. Depois vem o golpe do Estado de 12 de abril de 2012 liderado pelo comandante da zona norte, António Indjai, destituiu do poder o presidente da república interino Raimundo Pereira, reafirmando mais uma vez o ciclo vicioso que começou com o primeiro golpe de Estado em 14 de novembro de 1980³.

² A luta pela independência começou em 1963-1973.

³ 14 de novembro de 1980, golpe de Estado militar que destituiu o primeiro Presidente da República Luís Severino De Almeida Cabral (1973-1980).

2 PROBLEMA DA PESQUISA

“O que se deve à participação sistemática dos militares nos sucessivos golpes de Estado na Guiné-Bissau, em especial, o caso de 17 de outubro de 1985? Contudo, o Estado da Guiné-Bissau está longe de consolidação do regime democrático e o Estado de direito, vide, as tentativas fracassadas da implementação de uma política econômica exequível, o Estado completamente dependente do financiamento dos organismos internacionais, em especial (Banco Mundial e Fundo Monetária Internacional); alto índice de pobreza e alfabetização das crianças.

Porém, tudo isso, nos leva acreditar que os ideais da luta de libertação nacional projetado pelo PAIGC e o seu Líder Amílcar Lopes Cabral, encontram-se ainda parcialmente concretizados, pois, estão divididos em dois programas (maior e menor), o programa menor diz respeito essencialmente em expulsar os invasores portugueses e ser um Estado soberano e independentes, por outro lado, o programa maior está atrelado ao desenvolvimento e progresso nacional. Ademais inquietudes estão em volta de: Quais foram os impactos do conflito de 17 de outubro de 1985 na política nacional e no seio das famílias das vítimas? Porquê que a reforma na área de defesa e segurança é apontada como solução para resolução desses conflitos? Será que houve falhas na construção da unidade nacional pelo partido libertador (PAIGC)? Por que os responsáveis pelos assassinatos não foram julgados até hoje? É necessário ou não a implementação de cota étnica nas forças de segurança nacional como forma de equilibrar o poder e evitar futuros conflitos e possível conflito étnico?

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

- ❖ Analisar as razões dos sucessivos conflitos políticos militares, e os seus impactos negativos nas políticas nacionais e internacionais com o foco no caso de 17 de outubro de 1985.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ❖ Compreender as participações das Forças Armadas Revolucionárias do Povo nas construções dos Estados da Guiné-Bissau e do Cabo Verde;
- ❖ Analisar o processo da unidade nacional entre guineenses e cabo verdianos após independência;
- ❖ Descrever os fatores e os impactos negativos nos sucessivos golpes do Estado na Guiné-Bissau.

4 HIPÓTESE

Tendo em conta as inúmeras tentativas de golpe de Estado e golpe consumados, a classe dos civis são as mais vulneráveis e afetadas pela crise, em instâncias mais elevadas resultam em casos de mortes em massa⁴. No entanto, os casos de golpes de Estados na Guiné-Bissau, também não são diferentes e apresentam igual perigo para os civis.

Diante disso, partimos do pressuposto de que os sucessivos golpes de Estado no país estão atrelados ao aumento da impunidade e ausência do Estado de Direito. Razão pela qual, os crimes cometidos durante já há 40 anos, nunca foram julgados, sendo assim a perpetuação dos crimes agrava e aumenta cada vez mais, resultante da instabilidade política, econômica e social vigente no país.

5 JUSTIFICATIVA

O referido tema foi resultado da reflexão que eu tive quando servi no corpo da Marinha das Forças Armadas da Guiné-Bissau em 2017. Durante três anos de serviço constatei várias irregularidades, como as dificuldades no cumprimento das hierarquias e as normas do regulamento militar guineense, promoções arbitrárias com base nos

⁴ Relatório da ONU de 2010, sobre peacekeeping “manutenção da paz”
https://www.ohchr.org/en/topic/conflict-prevention-early-warning-and-security?gclid=Cj0KCQjw_O2IBhCFARIsAB0E8B8iDuyviQBli5bg1MDOMv0abYdONmf9QKkAIQjGUJ MkJ6CLpSkKFG8aAqIREALw_wcB

suportes étnicos, enorme injustiça salarial, entre outros. Por tais motivos gostaria de pesquisar e entender melhor as razões dessas irregularidades. Ademais, é pertinente lembrar que a independência não traz consigo apenas a autonomia do Estado guineense, como também foi o início de uma nova era ditatorial nacional. Na visão do Semedo (2011, p.99), “a independência não se traduziu na existência de oportunidades ao desenvolvimento. Observou-se apenas a substituição de uma força repressora estrangeira por outra nacional igualmente repressora”.

Como trabalho científico, este projeto de pesquisa pretende futuramente ajudar os leitores a entender como a impunidade e degradação da unidade nacional podem afetar o progresso de desenvolvimento da Guiné-Bissau. Por outro lado, pretende apoiar os futuros acadêmicos cuja linha de pesquisa está relacionada com este tema de pesquisa.

O meu interesse quanto ao tema pode ser dividido em dois aspectos importantes: interesse pessoal e interesse nacional ou coletivo.

Interesse pessoal, como jovem integrante do exército, sinto-me na obrigação de conhecer a instituição que eu representava;

Interesse coletivo ou nacional, como cidadão nacional, tenho interesse em aprofundar o meu conhecimento sobre a história da luta de libertação assim como compreender os motivos de surgimentos dos conflitos e os seus impactos nas nossas vidas.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

6.1 CRIAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS E AS SUAS CONTRIBUIÇÕES NA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL

A classe castrense bissau-guineense, em específico FARP é a instituição armada responsável pela conquista da independência e criação do Estado guineense de acordo com a Constituição da República, que no seu artigo 20º afirma seguinte:

As Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), instrumento de libertação nacional ao serviço do povo, são a instituição primordial de defesa da nação. Incumbe-lhes defender a independência, a soberania e a

integridade territorial e colaborar estreitamente com os serviços. (CRGB⁵,1984 p.14).

Num documento publicado pelo P.A.I.G.C. em 1970, sobre as componentes para a definição das F.A.R.P., conforme citado por Gomes (2010, p.4) sustenta que esta organização é composta pelos:

[...] homens e mulheres da Guiné e Cabo Verde, militantes ou não do P.A.I.G.C. que, de armas nas mãos e devidamente organizados, lutam pela libertação total da nossa terra africana, pela defesa, segurança, integridade e progresso das regiões libertadas, pela realização completa do Programa do Partido, ao serviço do nosso povo. As F.A.R.P. são, portanto, no seu conteúdo, na sua atividade e nos objetivos da sua ação, um instrumento político-militar do P.A.I.G.C., cuja função principal na situação atual do nosso povo, é a luta armada.

Os propósitos principais da criação das Forças Armadas segundo Amílcar Lopes Cabral eram, libertação da Guiné e Cabo verde, proteger integralmente estes dois territórios com base na construção da “unidade nacional”, desse modo, permitir que os guineenses e cabo-verdianos tenham “a sua própria expressão política e social” assim como qualquer povo do mundo. (CABRAL,1974).

Diferente de alguns países da África, a República da Guiné-Bissau é um país que conquistou a sua independência de uma forma não pacífica, ou seja, pelo conflito armado. Um exemplo do pensamento “pan-africanista,”⁶ movimento de caráter social, filosófico e político que visa promover a defesa dos direitos dos povos africanos, ou seja, a libertação dos povos e do continente africano, destacando como a organização que desencadeou a ideia de integração e a emancipação dos africanos que vivem ou não na África (ESEDEBE, 1980, p. 14). No caso da Bissau-guineense, foram as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) que criaram o Estado da Guiné e Cabo Verde.

Antes da criação das forças armadas, é importante realçar que o processo da luta de libertação começou com a formação do Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) em setembro de 1956, por Amílcar Lopes Cabral. Antes da sua criação já existiam outros movimentos tais como: F.L.I.N.G - Frente de

⁵ Constituição da República da Guiné-Bissau (CRGB)

⁶ Pan-africanismo é a doutrina que defende a unidade e a solidariedade dos povos africanos para combater a ocupação colonial, preconceito racial e emancipação do continente Africano. História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 1272

Libertação da Guiné; MAC - Movimento Anticolonial; MLG - Movimento de Libertação da Guiné.

Como o Partido não tinha condição de formar um exército logo no início devido à falta de meios econômicos e materiais para fazer face às Forças Armadas Portuguesas, resumiu-se simplesmente em criar um grupo de milícia anticolonial chamada guerrilha⁷ cuja as funções eram o corte e sabotagem dos planos de Estado fascista português; as dificuldades eram enormes, porém, nunca deixaram de cumprir o programa mínimo e nesse sentido é possível entender no pensamento de Cabral que “[...] os fundamentos da luta pela libertação nacional eram político, portanto, a vitória só seria possível se os movimentos de libertação conseguissem articular posições políticas, e só depois justificar a ação militar”. (PRECIOSO, 2017. p.349). Nesse sentido, era preciso conhecer a realidade viva dos povos guineense e cabo-verdiano, e em função disso adotou-se o lema “Unidade, Luta e Progresso”⁸.

Depois da delimitação dos planos e estratégias, dá-se o início à luta armada que tem o seu êxito com a realização do primeiro congresso do partido, Cassacá 1964. De acordo com Gomes (2010, p.2)

[...] deu-se um novo aspecto ao P.A.I.G.C. com o início da ação armada, isto é, “é a partir do congresso de Cassacá que as Forças Armadas começaram a ser constituídas por um exército regular, pela guerrilha e pela milícia popular. Até aí todos eram guerrilheiros.

A partir desse momento, Segundo Carvalho (2008) apud Gomes (2010, p.4) “foram criadas frentes de combate e comando de apoio à ocupação das zonas libertadas. Tinha como comandante da zona sul João Bernardo Nino Vieira, Domingos Ramos na frente leste, e Osvaldo Vieira na frente norte.”

Essas estratégias foram vistas como o primeiro passo para a conquista do território nacional e a estruturação do exército guineense de muita relevância que acabou forçando as mudanças na política do Estado fascista português. Perdendo alguns territórios, foram obrigados a retirar as suas forças para outras zonas com menos domínio.

Com o tempo e o esforço, PAIGC através das Forças Armadas Revolucionárias do Povo conquistaram a independência, tornando assim a primeira

⁷ Guerrilha, grupo de pequenos combatentes não vinculados ao Estado.

⁸ Unidade luta e progresso é o lema adotado na construção ideológica entre Guiné-Bissau e Cabo-verde até hoje, está no brasão da República da Guiné-Bissau.

colônia portuguesa na África a conquistar a independência. Proclamada por João Bernardo Nino Vieira, secretário executivo do partido, em 24 de setembro de 1973 na Boé, na zona sudeste do país, reconhecida apenas pelo Estado português um ano depois da sua proclamação.

Antes da independência, em 1972 o partido já havia realizado “as eleições com voto universal e secreto nas regiões libertadas para a criação dos conselhos regionais e da primeira assembleia geral.” (CABRAL, 1973). Algo que comprova a resistência ao fascismo e proclamação de um Estado independente de jugo colonial.

6.2 OS EFEITOS DO GOLPE DE ESTADO DE 1980 NO ACONTECIMENTO DE 17 DE OUTUBRO DE 1985

Após a independência iniciou-se o processo de construção do Estado recém independente que, tinha como base a continuidade da construção da unidade nacional entre Guiné e Cabo-Verde, algo que na visão da Maria Augusta Furtado, ex-combatente citado por Semedo (2018, p.108), “não houve a intenção verdadeira de unir os dois povos, visto que da mesma forma que havia a presença dos cabo-verdianos nos altos cargos administrativos civis e militares no governo da Guiné, deveria existir guineenses em Cabo Verde a ocupar funções na estrutura do governo”.

Porém, é importante salientar que o nível de alfabetização dos cabo-verdianos era muito mais elevado em comparação com os guineenses. Antes da década de cinquenta, o nível máximo da escolaridade na Guiné-Bissau era até a 4ª classe, não existia nenhuma escola de formação superior. Ao terminar o primeiro e único ciclo quem pretende continuar os seus estudos seria obrigado a deslocar para Portugal, algo que não era fácil na altura. De acordo com Franklin (2010, p. 27),

A supremacia burocrática dos cabo-verdianos se explica, em partes, pelo alto índice de alfabetização no arquipélago, onde os habitantes eram classificados pelos portugueses como “civilizados” e usufruía, [sic] pelo menos em tempos formais, dos mesmos estatutos que os dos portugueses. (FRANKLIN, 2010, p. 27).

Apenas no ano de 1958 que a Guiné-Bissau conheceu o seu primeiro liceu chamado de Honório Pereira Barreto, em homenagem ao governador colonial do Cacheu, hoje conhecido como Liceu Nacional Kwame N'krumah. Para Semedo (2018, p.106), “a condição do indigenato a que a grande maioria dos guineenses estavam

submetidos constituía um entrave à organização de lideranças com competência para dirigir o complexo processo de luta de libertação.”

Sendo assim, é possível analisar a presença massiva dos cabo-verdianos nos lugares chaves por serem os mais capacitados para dar continuidade aos desafios administrativos do país, algo que também pode ser questionado, ou seja, a preparação dos cabo-verdianos não era o plano inicial dos colonizadores portugueses em colocar eles como futuros dirigentes por serem os mais miscigenados? Pois, na visão do Semedo (2018, p.104), “sabe-se que até 1879, de acordo com a Carta de Lei de 18 de março, a Guiné-Bissau, administrativamente, estava vinculada às orientações do administrador provincial de Cabo Verde”.

O descontentamento e desconfiança mútua entre os dirigentes resultaram nas perseguições de alguns dirigentes pelos órgãos de segurança do Estado, comportamento que provocou crise de instabilidade política no país. Contudo, a Assembleia Nacional Popular (ANP) na sua sessão extraordinária em 12 de novembro de 1980, aprovou o estatuto da nova Constituição da República.

Em consequência do aumento da inconsistência, clima de desconfiança, e acréscimo de números de pessoas no partido inconformadas com o mandato de Luís Severino de Almeida Cabral, Presidente da República na época, surgiu o movimento ajustador liderado por João Bernardo Nino Vieira que tinha como objetivo a destituição do atual presidente Luís Severino de Almeida Cabral de nacionalidade cabo-verdiano, criar novo governo com maior representação dos guineenses.

As razões que motivaram o golpe de Estado no país segundo Franklin (2010, p.24) foram: a crise econômica; alta índice dos dirigentes cabo-verdianos nos lugares chaves do aparelho de Estado; promoções dos jovens militares cabo-verdianos recém-formados vindos de Portugal no qual teriam a legitimidade militar de comandar a maioria dos veteranos da guerra colonial.

O protagonismo assumido pelo comandante João Bernardo Nino Vieira que havia sido comandante de zona sul na luta de libertação nacional deixou a marca histórica conhecida como o primeiro golpe de Estado na Guiné-Bissau. É possível que a proximidade da zona sul com a capital Bissau serviu de ponto estratégico com menores gastos logísticos para um ataque militar rápido à capital. Vale salientar que o golpe de 1980 desligou a união entre Guiné-Bissau e Cabo Verde, as interpretações do golpe pelos antigos combatentes foram justificadas como uma forma de resgatar o

país nas mãos dos líderes cabo verdianos, ao passo que os dirigentes cabo-verdianos sentiam-se ser traídos. Segundo UPANG⁹ (1976) apud Semedo (2018, p.107),

[...] na Guiné-Bissau, ainda está longe de atingir a sua concretização, de acordo com a dignidade e os anseios do povo e também com a mística e promessas de libertação tão propaladas pela direção cabo-verdiana do PAIGC. Com efeito, o nosso povo continua dominado e vexado [sic] aos olhos do mundo. O mesmo povo que viveu a euforia da libertação, colaborou com o PAIGC, enquanto movimento de libertação nacional, e o vitoriou, esse mesmo povo vive, agora, após a independência, a dilaceração do cativo e da opressão. O neocolonialismo cabo-verdiano na nossa terra, as prisões e fuzilamento de patriotas anti colonialistas e anti-neocolonialistas, a imposição ditatorial da unidade Guiné com as ilhas de Cabo Verde, a criação de campos de concentração em Cumeré, Mansoa, Morés, Madina do Boé, Canchungo e outros locais, a total submissão do povo ao medo e à miséria extrema, revelam os odiosos crimes e massacres que os recolonizadores perpetuam no nosso país.

Após o golpe de Estado, João Bernardo Nino Vieira por ser o líder da revolta ocupou duas funções: Presidente da República e Chefe de Estado Maior das Forças Armadas (CEMGFA), sendo assim, o regime totalitário implantado durante o seu mandato desencadeou de novo as sequências de conflitos políticos, étnicos, ideológicos. Existiam duas alas no seio do partido, os veteranos de guerra que alegavam serem os libertadores, portanto mereciam ficar na frente de governação do país, de outro lado, os jovens recém-formados no estrangeiro apoiados pela ala moderada do partido que defendiam reformas internas no PAIGC, ver no Teixeira, (2008) apud Franklin (2010, p.24).

6.3 CASO 17 DE OUTUBRO DE 1985 E A CRISE DA UNIDADE NACIONAL

Em função de disputa de poder, iniciou-se a heterogeneidade¹⁰ da construção social guineense onde o centro de conflito não era mais as desigualdades sociais entre Cabo Verde e Guiné-Bissau, mas sim os interesses individuais no qual, resultaram nas intrigas palacianas com objetivo de ganhar a simpatia do Presidente da República, em que serviria de trampolim para chegar ao poder, onde alguns dirigentes do partido começam a apontar algumas etnias como os responsáveis pela instabilidade no país (dividir para melhor reinar).

⁹ “A UPANG é a fusão de União Patriótica da Guiné (ex-MLG) com a Organização Anti-Neocolonialista da Guiné-Bissau (OANG), celebrada de acordo com o manifesto publicado no dia 7 de janeiro de 1977”. Semedo (2018, p.107).

¹⁰ As diversidades sociais da Guiné-Bissau são conhecidas por suas composições étnicas culturais.

Em consequência, iniciou-se o período das calúnias e intrigas dentro do partido, ações pelas quais incentivaram a necessidade de abrir inquéritos policiais com vista a proteger o poder dos supostos golpistas, ameaça em que o Estado estava disposto a usar quaisquer meios necessários para eliminá-la. (FRANKLIN, 2010).

Em situação de ameaças, as medidas tomadas pelo Estado com intuito de proteger o poder iniciou-se uma série de prisões arbitrárias de 58 réus acusados de tentativa de golpe de Estado liderado por Paulo Correia, na altura Ministro da Justiça e vice-presidente do Conselho do Estado, Viriato Rodrigues Pã, ex - procurador Geral da República, Sai Braia na Nhakpa, Tagme Na Wae, e entre outros, foram torturados e forçados a mencionar nomes de outros envolvidos, segundo Carvalho (2008).

Depois foram julgados pelo Tribunal Militar Superior no qual, 6 dos 12 réus condenados à pena de morte; foram comutados pelo Conselho de Estado os seguintes réus: Tagme Na Wae, Wagna na Fande, K'Pas Kull, Saia Braia Na Nhakpa, Lamine Cissé e Malam Sane. Apesar dos pedidos interno e externo, em especial o apelo do Papa João Paulo II, pressão externa dos parceiros internacionais, o Presidente da República João Bernardo Nino Vieira não atendeu os pedidos de clemência. Em sequência, foram fuzilados "Paulo Correia, Viriato Rodrigues Pã, Binhanquerem Na Tchanda, Pedro Ramos, Braima Bangura e N'Bana Sambú". Carvalho, (2008, p.6). De acordo com o mesmo autor, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Júlio Semedo confirmou aos diplomatas estrangeiros que: "[...] os seis réus que tiveram as suas penas capitais comutadas pelo Conselho de Estado vão agora cumprir 15 anos de prisão cada um, explicando que o seu Governo pretende, no campo interno, o reforço da unidade nacional". (CARVALHO, 2008).

Dos 6 réus condenados à pena de morte, 3 pertenciam a etnia Balanta, pois, na percepção da maioria dos dirigentes do Partido, era o grupo étnico 'guerreiro por natureza,' visto que, são o grupo étnico com mais número de pessoas nas Forças Armadas. Segundo Semedo (2018, p.110), adesão massiva dos Balantas na luta de libertação deve ser analisada como uma aderência forçada pelas consequências dos maus tratos por parte dos colonizadores aplicados nos territórios onde o grande número de habitantes era desta etnia, sendo assim, foram obrigados aderir à luta como meios de defesa aos maus tratos que eram expostos; por outro lado, a estratégia de começar a luta da libertação nacional nas região Sul e Norte por Amílcar Cabral pois nos seus estudos agrários sobre os solos da Guiné-Bissau observou que as

condições geográficas e climáticas que estas duas regiões apresentam eram propícias ao desenvolvimento eficaz da luta.

De acordo com a referência acima citada é possível concluir que a aderência massiva dos Balantas na luta de libertação tem a ver com a estratégia militar de escolher as duas regiões, Sul e Norte, como campo de batalha no qual acabou envolvendo a etnia Balanta por serem o maior grupo étnico habitante dessas regiões.

O quadro a seguir apresenta o número da população de acordo com os grupos étnicos na altura:

Tabela 1 - Representação percentual das etnias por população

GRUPOS ÉTNICOS	%
Balantas	26
Fulas	25,4
Mandingas	13,7
Manjaco	9,2
Papéis	9,2
Mancanhas	3,54
Beafadas	3,2
Bijagós	2,1
Felupes	1,43
Nalús e Sossus	1,2
Outros*	5,3

Fonte: Censo 1991, in: Nóbrega (2003) apud Semedo (2018, p.112).

É importante realçar que a crise da unidade nacional acontece até os dias atuais, fatos inéditos são os aumentos de tribalismo sobretudo nos períodos das campanhas eleitorais. Nas quais, estratégias adotadas por parte da maioria dos partidos políticos perpassam necessariamente a indicação dos candidatos à composição das vagas inerentes aos deputados da nação por critérios baseados na regionalidade e no grupo étnico.

A título de exemplo, as indicações das regiões da região do país, geralmente os partidos políticos indicam uma personalidade Balanta, para apelar o sentimento étnico, para estratégia política é mais do que saudável e é necessária para atrair votos, no entanto, a forma como as estratégias discursivas são montadas, atrai um nível

altíssimo de discursos populistas baseadas num ambiente de caos total. Não obstante, no leste do país o critério também é igual, indicam os candidatos pertencentes às etnias fulas e mandingas para disputarem naquelas regiões, assim sucessivamente em outras regiões. “Fulas ka pudi manda na Mandingas”¹¹.

6.4 DESVIO IDEOLÓGICO DEPOIS DA PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA E O INÍCIO DO PROCESSO DA DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

É de extrema importância afirmar que a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde foram os frutos de um processo revolucionário anti-colonial apoiado pelos países do bloco socialista, tais como: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), atual Rússia, Cuba, República Popular da China, entre outros países que desempenharam papel importantíssimo no combate ao colonialismo e conquista da independência em Guiné e Cabo Verde. Os apoios logísticos e formação dos quadros pelos países acima citados tinham como suporte ideológico baseado nos princípios comunista¹² cuja política defende a liberdade dos povos oprimidos pelo sistema colonial que conseqüentemente era capitalista e escravista. De acordo com Marx e Engels, “a descoberta da América, a circum-navegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente”. Marx; Engels (2010, p.41).

A ideologia comunista de Marx e Engels realça a necessidade de criar uma sociedade fora dos princípios da desigualdade social e propriedade privada através da criação de uma política igualitária na qual o proletariado, ou seja, a classe trabalhadora é a detentora principal dos meios de produção e distribuição dos recursos obtidos igualmente entre si. “A formação do proletariado em classe, derrubamento da dominação da burguesia, conquista do poder político pelo proletariado” foram os objetivos principais da criação do partido comunista. Marx; Engels (2010, p. 51).

Tendo em conta a ajuda crucial na conquista das independências na África, em especial Guiné e Cabo Verde, o Partido PAIGC por sua vez, como forma de retribuir o favor, adotou o sistema socialista marxista como modelo administrativo

¹¹ Fulas não podem dirigir os Mandingas, ou seja, candidato a deputado da nação cuja etnia pertence ao grupo étnico Fula não podem representar os Mandingas.

¹² Os comunistas eram aqueles que estavam claramente a favor da derrubada revolucionária da ordem existente e do estabelecimento de uma sociedade igualitária. MARX; ENGELS, (2010, p.10).

oposto do capitalismo implantado pelo sistema colonial, algo que não deu certo devido à criação de burocracias estatais desnecessárias, o que levou ao desperdício, a ineficiência e má gestão. Em sequência, também permitiu a concentração extrema de poder nas mãos de pequena minoria (elites governantes), em consequência abriu os caminhos para corrupção, impunidade, nepotismo e amiguismo dentro do aparelho do Estado.

Vale salientar que o poder removido nas mãos dos colonos não foi usado para suprir as necessidades das populações, mas sim nas perseguições aos opositores e fortificação do sistema opressor. Em consequência disso, mergulhou o país na crise econômica devido a incapacidade do Partido-Estado em saber lidar com a máquina administrativa do país. A queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas como um dos parceiros econômicos mais importantes forçou o país a procurar outros parceiros econômicos, tais como: Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros. Estes, por sua vez, exigiram a mudança do sistema político econômico socialista para a democracia.

Sendo assim, o Estado adota a democracia como modelo político enquanto que o sistema econômico seria a liberação do comércio (capitalismo). De acordo com Weber (2004) apud Seide (2019, p.5) o sistema capitalista [...] “presam [sic] por um mundo aberto de livre comércio, quem deter mais condições financeiras tem mais propriedade [sic] no mercado e automaticamente controla o mundo.”

A entrada da Guiné-Bissau no sistema democrático foi marcada por diversas etapas, entre elas, liberação do mercado de acordo com as exigências dos novos parceiros econômicos; queda do artigo 4 da Constituição que autoproclama o PAIGC como a única força política representante do povo (Partido-Estado), em seguida, abre o caminho para a criação das outras forças partidárias, tais como: RGB Movimento Bafatá, Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido da Renovação Social (PRS), entre outros; e, por último, a criação da Comissão Nacional das Eleições (CNE), em sequência a realização das primeiras eleições legislativa e presidencial em 1994.

Em 1991, devido à pressão dos dirigentes internos do Partido a favor do multipartidarismo, foi organizado o congresso com o objetivo de vetar o artigo 4 da Constituição de 1984. De acordo com Koudawo (2001) apud Seide (2019, p.11) “o congresso teve um papel importante na revogação do artigo 4 da Constituição de 1984 que faz do PAIGC a força política dirigente da sociedade e do Estado”, porém, apesar

de tais mudanças era preciso aconselhar o poder no qual permitiria a implementação da democracia, sendo assim, foi criado a Comissão Multipartidária da Transição (CMT) Seide (2019, p.12). Em seguida, foi criada a Comissão Nacional das Eleições encarregada de organizar o escrutínio de 1994, no qual PAIGC, Partido no poder, saiu na frente como vencedor.

7 METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico utilizarei o método bibliográfico para permitir o embasamento teórico e acesso às informações já publicadas. Desse modo, facilitarão o pesquisador ao acesso e levantamento dos dados publicados por outros autores para que “o reforço paralelo na análise de suas pesquisas ou manipulação de suas informações” (LAKATOS; MARCONI 1991, p.44). Por sua vez, Fonseca (2002, p. 32) afirma que,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas [sic] de websites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

No que diz respeito ao tipo de dados, utiliza-se a pesquisa qualitativa como forma de produzir informações aprofundadas e ilustrativas através dos dados levantados bibliograficamente, dessa forma permitir o uso de prerrogativas sobre o seu objeto de pesquisa de modo mais amplo, um diálogo contínuo com a bibliografia levantada e desenvolvimento posterior da pesquisa. A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. (GOLDENBERG, 1997, apud UFRGS, p. 34).

Em seguida, pretendo fazer a pesquisa de campo na Guiné-Bissau, a fim de ter mais suporte para o embasamento teórico. “A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas”, [...]. (FONSECA, 2002, apud UFRGS, p.32).

A seguir, utiliza-se a entrevista na sua modalidade semiestruturada de modo a permitir o contato direto e simples com o entrevistado. Segundo Santos (1999) “é a pesquisa que busca informação diretamente com um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter. Trata-se de um procedimento útil, especialmente em pesquisas exploratórias e descritivas”. Dessa forma, pretendo entrevistar 6 pessoas: três pessoas pertencentes às forças armadas guineenses no período pós-independência (antigos combatentes), três pessoas pertencentes à família das vítimas do caso 17 de outubro de 1985 como também entrevistar 10 civis para entender melhor a causa e efeito desse acontecimento.

8 CRONOGRAMA

Nº	Atividades	Ano/ Semestre			
		2023	2024		2025
		2023.1	2023.2	2024.1	2024.2
1	Criação de plano de trabalho	X			
2	Revisão Bibliográfica		X	X	
3	Coleta de dados			X	
4	Análise dos dados			X	
5	Redação do trabalho			X	X
6	Revisão final e apresentação				X

REFERÊNCIAS

CABRAL, Lopes Amílcar. Último discurso. **Conacri GK**: 20 jan. 1973. Entrevista Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RAbQNsqt9dk&t=559s> Acesso em: 25 de jul,2021.

CARVALHO, De Tavares Norberto. **O Dever da Memória I**. Genève, 2008. Disponível em:<https://www.didinho.org/Arquivo/DeverdaMemoria.pdf> . Acesso em: 21 jun. 2023.

ESEDEBE, Olisanwuche Peter. **História geral da África: Pan-africanismo e a Integração**. Asante S. K. B; Chanaiwa David (Org) vol.VII cap.24, Brasília: UNESCO, 2010.

FRANKLIN, Sá, de Correia Gomes. **Os sucessivos golpes militares no processo da democratização na Guiné-Bissau**. Monografia (Bacharelado acadêmico em ciências Sociais) -Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio.

GOMES, Patrícia. A Importância das forças armadas revolucionárias do povo (F.A.R.P.) na luta pela libertação da Guiné-Bissau. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação Poisésis**, Santa Catarina, v. 3, n. 6, p. 1-19, 2010.

GUINÉ-BISSAU. Assembleia Nacional Popular. **Da natureza e fundamentos do Estado**: Constituição da República da Guiné-Bissau: art. 20°, de 16 maio de 1984. Bissau. Imprensa nacional.

KOUDAWO, Fafali. Sociedade Civil e Transição Pluralista na Guiné-Bissau 1991-1996. (Coord). **Pluralismo Político na Guiné-Bissau**, INEP, 1996- pp. 67-120.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo. Boitempo, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo, SP: ed. Atlas SA, 1991.

PRECIOSO, Daniel. O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973). **Rev. Temporalidades**, Belo Horizonte, BH, v.9, n.2, p. 348-365, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5817> Acesso em: 10 jan. 2023.

SEIDE, Seco Braima. **Do socialismo à democracia na Guiné-Bissau (1973-1999)**. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em:<https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/1658>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SEMEDO, Jorge Rui. O Estado da Guiné-Bissau e os desafios político-Institucionais. **Revista Tensões Mundiais**, [S. l.], v. 7, n. 13, p. 95–136, 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Métodos de Pesquisa. GERHARDI, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2009.

TEIXEIRA, R.J. Dumas. **Cabo-Verde e Guiné-Bissau**: as relações entre a sociedade civil e o Estado. Recife: Ed. do autor, 2015.

SEMEDO, R. Jorge. PAIGC: **A face do monopartidaríssimo na Guiné-Bissau**. São Carlos: UFSCar, 2009.